INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O IPT conseguiu, em 2016, melhorar significativamente seu resultado econômico: a redução de 11% no custo dos serviços, e de 6% nas despesas administrativas permitiu contrabalançar a queda de 1,7% na receita operacional bruta, fazendo com que o resultado líquido fosse um prejuízo de apenas 1,7 milhões em 2016, contra um resultado líquido negativo de 19,6 milhões em 2015. Essa melhora foi possível graças ao apoio do Governo do Estado de São Paulo, que aumentou a subvenção econômica em 13,5 milhões, e à compreensão da situação de crise pelos empregados, que aceitaram uma redução de salário de 10%, com redução de jornada, nos últimos seis meses de 2016. Além disso foi necessário reduzir mais ainda o quadro de empregados, que terminou o ano com apenas 784, contra 830 ao iniciar o ano.

A crise econômica brasileira repercutiu no IPT com uma redução de 15% na receita de produtos e serviços e 16% nos recursos de fomento do governo federal. A partição da receita própria, entre fontes privadas e públicas, passou de 54% oriundo de empresas privadas em 2014 para 58% em 2016. Isso demonstra que a redução de compras dos setores públicos foi maior do que dos setores privados, nesse período. O número de clientes atendidos no ano também caiu muito, de 3.700 para 2.500, refletindo a queda de demanda nas vendas de metrologia, apesar do esforço de diversificação da oferta de ensaios e calibrações.

Para enfrentar a crise e prepararmos sua superação, um novo processo de planejamento de metas e acompanhamento de resultados foi implantado, com metas ligadas ao Caminho de Inovação, à Difusão do conhecimento, ao relacionamento com clientes, ao esforço de Venda e ao resultado financeiro.

Graças à receita com novos ensaios e à estabilidade do apoio à inovação das empresas pelo Programa Embrapii, o IPT pode dar continuidade aos projetos contratados e obter novos contratos de inovação com empresas, contribuindo para elevar a porcentagem da receita própria com inovação para 38% em 2016, cada vez mais próximo da meta de 40% em 2018.

Exemplificando, foi iniciado um projeto de desenvolvimento do processo de fabricação de próteses ortopédicas de interesse da AACD, a serem fabricadas por impressão 3D usando ligas de nióbio com propriedades mecânicas mais parecidas com as dos ossos. Esse projeto tem o apoio da empresa CBMM, dentro do programa Embrapii. Num outro projeto dentro desse programa, o IPT está desenvolvendo um microdispositivo que promove uma experimentação olfativa por meio do *smartphone*, visando à venda de perfume *online*.

Na continuidade do programa de modernização do Instituto, foi inaugurado, no Laboratório de Equipamentos Mecânicos e Estruturas, o Sistema de Ensaios de Elementos de Ancoragem com capacidade de aplicar até 2.600 toneladas força, cuja concepção e construção tiveram apoio da Petrobras e do Governo do Estado. O Sistema já está operando, fazendo ensaios para empresas fabricantes de elementos de ancoragem de plataformas submarinas.

O IPT tem procurado novas ações para aumentar seu impacto na sociedade brasileira. A partir de ações apoiadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o IPT está desenvolvendo o Plano Regional de Resíduos Urbanos da Baixada Santista. Para melhor disseminar os desenvolvimentos feitos pela equipe do IPT, foi lançada a Revista IPT - Tecnologia e Inovação, de periodicidade trimestral e divulgação eletrônica. Além disso, foi redobrado o esforço de colocar o IPT na mídia. O número de notícias em que o IPT foi citado, em 2016, cresceu 50%, de 1500 para 2400. Dentre elas, o porcentual que trata de inovação cresceu de 9 para 18% neste último ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	N.E	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.798	4.315
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	25.332	29.541
Contas a receber	5	8.724	8.150
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		2.662	332
Impostos antecipados e a recuperar	6	10.180	10.408
Estoques		239	328
Despesas pagas antecipadamente		130	28
Depósitos compulsórios		349	351
Outros valores a receber		14	5
Total do Ativo Circulante		**56.428**	**53.458**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		386	348
Imobilizado	7	199.333	207.586
Intangível	8	1.009	1.392
Total do Ativo Não Circulante		**200.728**	**209.326**
TOTAL DO ATIVO		**257.156**	**262.784**

PASSIVO	N.E	2016	2015
CIRCULANTE			
Fornecedores		3.181	4.983
Salários a pagar e encargos a recolher		5.303	5.699
Impostos e contribuições a recolher	9	6.634	2.999
Adiantamento de clientes	11	1.780	3.575
Obrigações a pagar - férias e encargos		13.017	11.580
Parcelamentos fiscais	9	5.230	5.075
Subvenções governamentais - Agências de Fomento	12	20.893	30.110
Outras obrigações		223	190
Total do Passivo Circulante		**56.261**	**64.211**
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamentos fiscais	13	9.358	12.609
Outras exigibilidades		39.889	34.067
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	10.692	10.647
Total do Passivo Não Circulante		**59.939**	**57.323**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		284.768	280.163
Reservas de capital		9.382	9.382
Reservas de lucros		264	264
Recurso para aumento de capital		1.409	4.605
Prejuízos acumulados		(154.867)	(153.164)
Total do Patrimônio Líquido		**140.956**	**141.250**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**257.156**	**262.784**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**261.658**	**9.382**	**–**	**264**	**9.901**	**(125.367)**	**155.838**
Aumento de capital	9.901	–	–	–	(9.901)	–	–
Recurso para aumento de capital	–	–	–	–	8.604	–	8.604
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(8.204)	(8.204)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**271.559**	**9.382**	**–**	**264**	**8.604**	**(133.571)**	**156.238**
Aumento de capital	8.604	–	–	–	(8.604)	–	–
Recurso para aumento de capital	–	–	–	–	4.605	–	4.605
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(19.593)	(19.593)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**280.163**	**9.382**	**–**	**264**	**4.605**	**(153.164)**	**141.250**
Aumento de capital	4.605	–	–	–	(4.605)	–	–
Recurso para aumento de capital	–	–	–	–	1.409	–	1.409
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(1.704)	(1.704)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**284.768**	**9.382**	**–**	**264**	**1.409**	**(154.868)**	**140.955**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais)

	2016	2015
Receita de Serviços e Produtos	77.869	92.133
Subvenção Econômica - GESP	74.955	61.411
Subvenção Econômica - Fomento	18.740	22.222
Receita de doação de Bens - Fomento	4.888	3.853
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**176.453**	**179.618**
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados	(10.606)	(12.695)
Devoluções e cancelamentos	(697)	(168)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**165.150**	**166.755**
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(126.325)	(142.386)
LUCRO BRUTO	**38.825**	**24.369**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(29.747)	(31.763)
Honorários Conselho de Administração e Fiscal	(1.120)	(1.115)
Serviços de terceiros	(7.482)	(8.284)
Depreciações e amortizações	(1.707)	(1.768)
Provisões diversas	(945)	(1.793)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas	1.479	417
	(39.523)	**(44.306)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	**(698)**	**(19.937)**
Receitas financeiras	2.394	2.860
Despesas financeiras	**(3.401)**	**(2.516)**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(1.704)**	**(19.593)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(1.704)**	**(19.593)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em Milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.704)	(19.593)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pela atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	18.920	16.669
Ajuste de exercícios anteriores	–	–
Constituição de provisão para perdas com imobilizado	116	–
Valor residual do imobilizado baixado	11	290
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras vinculadas	4.209	13.177
Contas a receber	(574)	760
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	(2.330)	715
Impostos antecipados e a recuperar	228	(1.501)
Estoques	89	29
Serviços em andamento	–	462
Despesas pagas antecipadamente	(102)	(9)
Depósitos compulsórios	2	–
Outros valores a receber	(9)	12
Aumento (nos passivos operacionais)		
Fornecedores	(1.802)	(835)
Salários a pagar e encargos a recolher	(396)	(11)
Impostos e contribuições a recolher	3.635	259
Adiantamento de clientes	(1.795)	(3.962)
Obrigações a pagar - férias e encargos	1.437	835
Parcelamentos fiscais	155	337
Subvenções governamentais - agências de fomento	(9.217)	(11.247)
Outras obrigações	33	(2)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	10.906	(3.615)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Redução do realizável a longo prazo	(38)	(163)
Aquisição de bens do imobilizado	(637)	(4.625)
Doações recebidas em bens	(9.709)	(8.031)
Adição de intangível	(64)	(503)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.448)	(13.322)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Parcelamentos	(3.251)	(3.059)
Outras exigibilidades	5.822	8.525
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	45	47
Dotação para aumento de capital	1.409	4.605
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.025	10.118
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.483	(6.819)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	4.315	11.134
No final do exercício	8.798	4.315
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.483	(6.819)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e nos 117 anos de existência vem colaborando para o processo de inovação e desenvolvimento do País.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas, o que se traduz em três grandes desafios: +presença, +inovação e +impacto.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.5. Instrumentos financeiros (CPC 14)

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. M**ensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento". **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

IPT INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

continua

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$)

2.6. Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrerem perdas adicionais significativas.

2.7. Estoques e Demais Ativos Circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, demonstradas na nota nº 7, não considerando o valor residual.

2.9. Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos.

2.10. Provisão para Perdas por Impairment em Ativos não Financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço liquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

2.13. Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda(IRPJ) e a contribuição social(CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 10.

2.15. Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.16. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa	104	110
Bancos Conta Movimento	207	424
Aplicações Financeiras	8.487	3.781
	8.798	**4.315**

Aplicações financeiras	2016	2015
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	1.138	327
Fundos de investimento em renda fixa	7.349	3.454
	8.487	**3.781**

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento aproximado de 9% ao ano.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são de: R$874 em 2016 (R$1.552 em 2015)

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	2016	2015
Aplicações Financeiras Vinculadas	25.332	29.541
	25.332	**29.541**

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por Agências de Fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviços.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras, são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

	2016	2015
Contas a Receber	9.635	8.800
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(911)	(650)
	8.724	**8.150**

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2016	2015
A vencer	6.668	5.963
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.340	793
De 31 a 60 dias	143	264
De 61 a 90 dias	157	210
De 91 a 180 dias	54	257
Há mais de 180 dias	1.273	1.313
	2.967	**2.837**
	9.635	**8.800**

Apesar do montante de vencidos há mais de 90 dias somarem R$ 1.327, as perdas estimadas provisionadas são de R$ 911 porque o critério para sua constituição, ocorre somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2016	2015
COFINS a Compensar	406	542
PASEP a Compensar	130	122
Contribuição Social a Compensar	1.879	2.209
Imposto de Renda a Compensar	5.775	4.937
IRRF sobre Aplicações Financeiras	636	961
IRRF a Compensar	1.269	1.633
ISS a Recuperar	35	4
INSS a Compensar	50	–
	10.180	**10.408**

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Saldo em 31/12/2015	Acréscimos/ Transferências	Compen-sações	Saldo em 31/12/2016
COFINS a Compensar	542	1.519	(1.655)	406
PASEP a Compensar	122	329	(321)	130
Contribuição Social a Compensar	2.209	648	(978)	1.879
Imposto de Renda a Compensar	4.937	3.292	(2.454)	5.775
IRRF sobre Aplicações Financeiras	961	(325)	–	636
IRRF a Compensar	1.633	(364)	–	1.269
ISS a Recuperar	4	31	–	35
INSS a Compensar	–	352	(302)	50
	10.408	**5.482**	**(5.710)**	**10.180**

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual de Depre ciação	Custo	Depreciação	2016 Líquido	2015 Líquido
Terrenos	–	37.283	–	37.283	37.283
Edifícios e Benfeitorias	4%	92.700	(35.706)	56.994	59.570
Máquinas e Equipamentos	10%	151.510	(82.462)	69.048	70.769
Instalações	10%	17.035	(9.817)	7.218	7.945
Equipamentos de T.I.	20%	9.644	(7.840)	1.804	2.222
Instrumentos Diversos	10%	414	(371)	43	51
Veículos	20%	3.448	(2.420)	1.028	1.153
Móveis e Utensílios	10%	7.893	(3.719)	4.174	4.673
Outras imobilizações		22.093	(3.106)	18.987	19.558
Imobilizado em Andamento		2.875	–	2.875	4.368
Total		**344.895**	**(145.441)**	**199.454**	**207.592**
Redução ao Valor Recuperável		(121)	–	(121)	(6)
Total do Imobilizado	**b**	**344.774**	**(145.441)**	**199.333**	**207.586**

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2015	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2016
Terrenos	37.283	–	–	–	37.283
Edifícios	92.715	–	(15)	–	92.700
Máquinas Equipamento	138.010	12.436	(1.471)	2.535	151.510
Instalações	17.207	–	(573)	401	17.035
Equipamentos de T.I.	9.315	349	(163)	143	9.644
Instrumentos Diversos	546	–	(132)	–	414
Veículos	3.214	286	(52)	–	3.448
Móveis e Utensílios	7.442	472	(23)	2	7.893
Outras Imobilizações	21.799	52	–	242	22.093
Imobilizações em Andamento	4.368	2.255	(415)	(3.333)	2.875
Transferências para Intangível	–	–	–	(10)	–
Impairment	(6)	(115)	–	–	(121)
Total	**331.893**	**15.735**	**(2.844)**	**(10)**	**344.774**

8. INTANGÍVEL

	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização	2016 Líquido	2015 Líquido
Marcas e Patentes	10%	563	(399)	164	168
Licença de uso de softwares	20%	2.727	(1.882)	845	1.224
Total do Intangível		**3.290**	**(2.281)**	**1.009**	**1.392**

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2016	2015
ISS	518	475
PASEP e COFINS	603	536
IRRF - Terceiros e Funcionários	1.780	1.749
COFINS - Retenção	78	121
PASEP - Retenção	17	26
IPTU	3.580	–
Outros	58	92
Total de Impostos e Contribuições a Recolher	**6.634**	**2.999**
Parcelamentos Fiscais - Municipal	5.230	5.075
	11.864	**8.074**

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2016	2015
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.704)	(19.593)

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados de R$ 117.697 e base negativa de R$ 94.473, respectivamente R$ 112.796 e R$ 89.572 em 2015. O imposto de renda e a contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2016	2015
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	924	888
Fundação de Apoio ao IPT - FIPT	22	1.796
Agência Nacional de Petróleo	366	359
Outros	468	532
	1.780	**3.575**

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2016	2015
BNDES	2.870	5.284
FEHIDRO	1.317	496
FINEP	6.864	7.228
CNPQ	126	126
EMBRAPII	549	7.708
Outros	9.167	9.268
	20.893	**30.110**

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPTU	TOTAL
Saldo em 31/12/2015	11.105	1.504	**12.609**
Saldo em 31/12/2016	8.093	1.265	**9.358**

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

continua

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$)

a) Composição

	2016	2015
Tributários	4.124	4.124
Trabalhistas (a)	5.661	5.616
Cíveis (a)	907	907
	10.692	10.647

(a) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

b) Perdas Possíveis, não Provisionadas no Balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2016	2015
Trabalhistas	1.510	1.543
	1.510	1.543

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.476.837.563 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) Recurso para Aumento de Capital: Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2017, foi aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R$ 90.453 para Custeio, conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 16.347 de 29 de dezembro de 2016.

17. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2017, de valor considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

18. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O IPT observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC'S - Comitês de Pronunciamentos Contábeis.

CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

- Testamos a recuperabilidade dos bens tangíveis do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01, procedendo com os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma.

CPC 03 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- Desde a vigência da Lei 11.638/07 o IPT tem adotado essa demonstração.

CPC 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

- O prazo médio das rúbricas contas a receber e fornecedores é inferior a 90 dias e os preços praticados para seus efeitos, não possuem juros embutidos, desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não sendo necessário o ajuste a valor presente.

CPC 16 - ESTOQUES

- Os estoques são registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

- As provisões estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa nº 14.

CPC 26 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Desde o exercício de 2010 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO

- O IPT optou por não avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme opção prevista no CPC 27 e ICPC 10, considerando o método de custo, deduzido da depreciação e eventual previsão para perdas (Impairment Test - CPC 01), como o melhor método para avaliar os ativos imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para o IPT, não sendo necessários quaisquer ajustes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores do
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do património líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IPT,** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões económicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2017

MACIEL AUDITORES S/S

CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - SP

CLAUDIO ROGERIO DE OLIVEIRA

CRC RS - 52507/O-5 "S" - SP

Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, à vista do Parecer dos Auditores Independentes Maciel Auditores S/S de 09 de Fevereiro de 2017, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

Hilton Facchini
Conselheiro

Leonardo Maurício Colombini Lima
Conselheiro

Marilda Anunciação Ferreira
Conselheira

Eduardo Henrique de Azevedo
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES
Presidente

Membros

CLÁUDIO VALVERDE SANTOS
JOSÉ ROBERTO DE SAMPAIO CAMPOS
JORGE ABISSAMRA
ROS MARI ZENHA
RICARDO CONRADO MESQUITA
JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF
MAURICIO PINTO PEREIRA JUVENAL
WALTER TORRE JUNIOR

DIRETORIA

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF
Diretor Presidente

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA
Diretor Financeiro e Administrativo
Diretor Interino de Pessoas e Sistemas

MÁRIO BOCCALINI JÚNIOR
Diretor de Operações e Negócios

ZEHBOUR PANOSSIAN
Diretora de Inovação

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador
CRC 1SP154222/O-1

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS